

O Corsário das Ilhas ou a consciência dos Açores

Carlos Reis

1. No conjunto da produção literária de Vitorino Nemésio, o volume *Corsário das Ilhas* ocupa um lugar ao mesmo tempo singular e exemplar. Singular, pela sua posição relativa no concerto global dos títulos nemesianos; exemplar, pela tonalidade testemunhal que domina os seus textos, uma tonalidade em que ecoam aspectos fundamentais da escrita de Nemésio, sobretudo no campo da criação poética, mas também no da ficção narrativa e até no do ensaio crítico e historiográfico.

De um modo geral, o *Corsário das Ilhas* constitui um campo privilegiado daquilo a que desde já chamarei, em termos ainda genéricos, *representação do eu*, quer dizer, o registo da intensa relação do sujeito com o mundo, naquilo em que essa relação assume uma dimensão de aberta projecção pessoal; e isto sabendo-se mesmo que essa projecção, neste e em qualquer caso, surge inevitavelmente matizada pelo viés dos sistemas de modelização que intermedeiam a tal relação do sujeito com o mundo. Observemos desde já os elementos de referência discursiva (e mesmo metadiscursiva) que no *Corsário das Ilhas* podemos surpreender.

Refiro-me aqui àquilo que está nos lugares de afirmação do chamado *código bibliográfico*, na advertência prévia, em diversos componentes da economia global da obra enquanto *macrotexto* e em referências metadiscursivas disseminadas ao longo dos textos do *Corsário*. Assim, o título *Corsário das Ilhas* e tudo o que neste lugar estratégico do livro desde logo por ele é sugerido (voltarei a este ponto) aparecem completados pela expressão

“Jornal de Vitorino Nemésio¹; não estando isenta das conotações que nela são mais audíveis (remetendo para o registo *jornalístico*, que o escritor também cultivou), a fórmula deve ser entendida sobretudo numa acepção próxima do termo francês. Não parece sequer necessário lembrar aqui a familiaridade de Nemésio com a língua e com a cultura francesas, não só como professor e investigador, mas também como poeta autor de uma recolha em francês, *La Voyelle Promise* (1945); para além disso, os termos em que o volume se organiza—com datação precisa dos textos e registo de experiências diárias—remetem desde logo para o *journal* entendido na acepção de *diário*, cuja dimensão de intimidade (a do *journal intime* francês) aqui deverá ser devidamente ponderada. Com efeito, na “Advertência” que abre o volume, pode ler-se que, sendo o resultado de viagens aos Açores (o que abre uma outra linha de demarcação genológica), o *Corsário das Ilhas* aceita bem a designação de jornal por ter sido “escrito e publicado periodicamente” (Nemésio, *Corsário* 33); a isto acrescenta-se que “as datas mencionadas são geralmente as que correspondem à publicação dos respectivos trechos, principalmente no *Diário Popular*, de Lisboa, e ao microfone da Emissora Nacional de Radiodifusão, pois o Jornal que o autor mantém há muitos anos também é jornal falado.”

Decorrendo de experiências em que a vivência pessoal está fortemente ancorada ao desenvolvimento do diário de viagem e provindo também de memórias, os textos do *Corsário das Ilhas* são jornalisticamente incorporados, no sentido (digamos) técnico do termo. E contudo, eles transcendem o jornal diário *apenas* escrito, dado que foram também comunicados radiofonicamente, pela própria voz do escritor. Quem se lembra disto e do que foi a inesquecível passagem de Nemésio pela televisão pode bem confirmar a impressiva marca de personalidade (com forte acentuação histriónica, no caso do televisionado *Se bem me lembro*) que o escritor transmitia ao seu testemunho. E assim, no caso do *Corsário das Ilhas*, ressoa com nitidez a subjectividade que é própria do diário literário e paraliterário, ao mesmo tempo que lhe é desde logo retirada a privativa intimidade (não raro meramente retórica) que é própria dos casos mais radicais do género diarístico.

Mas a escrita do *Corsário das Ilhas* não se deixa encerrar nos limites ainda assim, como se viu, muito fluidos do jornal-diário ou do diário-jornal, como se preferir, alargando-se ao amplo domínio do que pode chamar-se o “espaço autobiográfico” de Vitorino Nemésio (cf. Rocha 211-216). Excedendo aquilo

que por esses limites é difusamente estabelecido, o *Corsário* exhibe ainda outras linhas de força discursivas (cf. Pires, *Corsário* 13): ele é tributário da *memória* (memória da infância, das origens açorianas, dos espaços revistos, das pessoas reencontradas, etc.), do mesmo modo que se estabelece em parte como *roteiro* e como *relato de viagem*, em conjugação com os procedimentos do *diário de bordo* e até da *crônica*. Alguns exemplos bem expressivos: a 7 de Agosto de 1946, enunciando um presente vivenciado que como tal é muito significativo, Nemésio declara: “Atiro-me de alma e coração a este roteiro tanto tempo sonhado e só agora empreendido. É uma viagem banal, dez vezes feita e desfeita nos seus dois rumos monótonos, precedida das mesmas expectativas e seguida de iguais recordações” (*Corsário* 67); mais adiante, o viajante declara-se “autor de roteiro, obrigado a uma certa informação” (*Corsário* 99); noutra passo, o cunho pessoal do relato estabiliza-se como inevitável eixo da representação: “Como oficial de escrever e de falar, tenho de me agarrar ao pronome antipático e ostensivo: “eu,” “eu” a torto e a direito... Como o bom carpinteiro não larga a plaina da mão, o escritor, mais que a pena ou o teclado da máquina de escrever, não pode largar o ‘eu’” (*Corsário* 102); num outro momento, o reencontro de uma figura vinda do passado desperta o impulso do cronista: “Que mundo de sombra e ninharia acorda o banheiro velho num cronista do mar!”; e logo depois sobrevém uma evidência anti-épica, a seu modo não isenta da autenticidade pessoal que aqui se assume como valor fundamental: “Uns pobres pescadores de longo curso dão muitas vezes melhor a vivência do Mar Tenebroso do que as mais sábias e exactas reconstituições de roteiros e as narrativas empoadas de uma grave e estilística impostação” (*Corsário* 142); e já perto do fim pode ler-se: “Este meu diário de bordo, sem fim, todo por alhetas e amuras, notando pouco mais que algum peixe voador ou bóia cega, faz-me lembrar a ambição marinheira dos poetas da nossa terra...” (*Corsário* 225).

Para além de tudo isto, o *Corsário das Ilhas* assume-se como resultado e como consequência discursiva da estreita relação entre viagem e escrita que na nossa cultura e no nosso imaginário tem a representatividade que bem se conhece:

Eu—que parado não aturo a pontualidade pedida por um caderninho pessoal de efemérides e reflexões—logo que me ponho em andamento, tanto por mar como pelo ar, ou mesmo nalgum pobre comboio de via reduzida e suburbana, apetece-me fazer transunto do que vejo e em que cavilo. O ponto é ter à mão um canhenho para isso. (171)

2. Vejamos agora como se organiza o *Corsário das Ilhas*, enquanto *macrotexto*. E recordemos antes de mais o que a expressão implica, no que respeita, por um lado, a intervenção autoral de incidência *editorial* e, por outro, aos efeitos e conseqüências que, no plano *receptivo*, essa intervenção pode suscitar.

Conforme é geralmente reconhecido, entende-se por *macrotexto* o resultado da agregação de vários textos, normalmente de feição idêntica em termos de género, numa unidade mais ampla, a que se pretende atribuir uma certa coerência; é para atingir essa coerência que aponta o carácter editorial do trabalho do autor, no sentido em que ele busca uma organização e uma economia global que favoreçam um certo trajecto de leitura, sendo certo que outros elementos (o título do volume ou os títulos dos textos) podem induzir ou reforçar a pertinência daquele trajecto de leitura. E é assim que faz sentido dizer que, no âmbito do *macrotexto*, “cada texto mantiene en general autonomía y cohesión internas, pero queda después comprendido en una autonomía y en una cohesión más amplias” (Segre 49). A unidade mais ampla que é o *macrotexto* pode configurar-se então como *obra literária*, eventualmente reforçada, nessa sua condição, por elementos de enquadramento paratextual (título, prefácio, posfácio, etc.).

Relativamente ao *Corsário das Ilhas* e para além daquilo que já aqui foi dito acerca da advertência enquanto texto prefacial, importa chamar a atenção para a função de disseminação semântica do título. À primeira vista, a expressão que nele podemos ler remete para uma designação técnica, de localização histórica relativamente precisa: em linguagem marítima, o corsário era aquele que fazia o *corso*, entendido como ataque a navios mercantes, com autorização e apoio político de um Estado, ou seja, sem o propósito de pilhagem e de destruição sem regras, conforme era próprio da pirataria. Num passo do *Corsário das Ilhas*, é esta acepção técnica que aflora, abrindo lugar desde logo a outras e mais peculiares acepções: referindo-se à Vila do Porto, na pequena ilha de Santa Maria, Nemésio explica que ela foi construída pela “gente de Gonçalo Velho [primeiro capitão donatário de Santa Maria e de São Miguel], temendo os assaltos da pirataria argelina—e talvez de corsários como eu ...” (76).

Se falei em *disseminação semântica* do título foi por pretender significar que nele são sugeridos outros sentidos, que vão para além da acepção técnica e histórica própria do termo *corsário*; assim se insinua desde logo uma conotação de *açorianidade* que o segundo termo (*das Ilhas*) justifica. Em vários passos da obra, alude-se a esses outros sentidos, à sua maneira

veiculando uma expressividade bem característica da saborosa singularidade dialectal açoriana, hoje cada vez mais diluída da dinâmica uniformizadora que a televisão arrasta consigo. No tempo do Nemésio “corsário das ilhas,” “as palavras “*corsairinho*” e “*corsaira*,” cada uma em seu extremo semântico de ternura e aviltamento, ainda lá estão, no vocabulário dialectal” (70); do mesmo modo, o jovem Armando Ormonde Machado, protagonista de um episódio de fuga clandestina para os Estados Unidos, é “um verdadeiro corsário—como se diz na ilha Terceira a rapazes travessos” (183). O que parece sugerir uma curiosa fractura semântica, em termos de género e de inerente juízo de valor: se o masculino envolve algum carinho e tolerância pela transgressão, o feminino *corsaira* é claramente depreciativo.²

Constituindo um *macrotexto*, este *Corsário das Ilhas* organiza-se em cinco partes. Uma delas é “Intróito a Madeira e Açores”; outras três são cursos propriamente ditos: “Primeiro curso (1946),” “Segundo curso (1955)” e “Curso errático (1954);” em lugar central no volume, estão as “Histórias de Mateus Queimado” a que naturalmente voltarei. Entremeadas nos textos, encontram-se fotografias da autoria de Rodolfo Brum, “sobre tomadas de vista do autor”; o que significa que tais fotografias não são ilustrações dispensáveis no todo da obra, mas antes lugares, figuras e situações selectivamente escolhidas pelo olhar de Nemésio e bem articuladas com os textos que acompanham. Justifica-se, assim, que António Machado Pires tenha recuperado essas imagens (e também a da capa) na terceira edição do *Corsário das Ilhas*.

Curiosamente, a estrutura interna do volume, organizado em função das cinco partes que mencionei, retoma a questão do género, ao mesmo tempo que sugere um curioso movimento de miscigenação, da ordem daquilo a que chamarei *passagem discursiva*. Note-se que se as expressões que aludem à actividade do curso sugerem o movimento da viagem e implicitamente do roteiro e do diário (com expressa datação dos textos), já as “Histórias de Mateus Queimado” permitem entender uma tal designação num sentido relativamente popular, que é o que remete para o universo dos contadores de histórias e também, como é evidente, para a figura daquele narrador no contexto do universo ficcional nemesiano; e é assim que as histórias que Mateus Queimado conta ou (supostamente) inspira se aproximam do estatuto do conto de tradição oral e de origem popular. Falo, assim, em movimento de *passagem* reportando-me à presença parasitária do conto em textos que em princípio não têm que ver com ele; em textos cuja lei, no

sentido derridiano da expressão (cf. Derrida), é transgredida por um efeito de contaminação, determinando o trânsito de um género em princípio não literário e até não ficcional (como é o caso do diário, do relato de viagem ou da crónica) para um género literário e ficcional (como é o caso do conto). E isto reconhecendo-se embora que diário, relato de viagem e crónica podem ser entendidos como géneros a que usualmente chamamos *paraliterários*, por força de uma sua relação com a literatura que é vagamente da ordem da cumplicidade institucional, da afinidade funcional e mesmo, por vezes, de uma certa e indecida ambiguidade, no que toca ao estatuto da ficcionalidade.³

3. A tendência para a miscigenação de géneros narrativos, tanto literários como paraliterários, em função de uma dinâmica de passagem discursiva, sintoniza com componentes importantes da *biblioteca do autor*, quero dizer, com o elenco de textos de referência que enquadram o universo literário nemesiano. Por assim dizer, da família daquele impulso para a hibridização é a literatura de um escritor tão importante neste contexto (e no da transição da literatura portuguesa do século XIX para o século XX) como Raul Brandão. Analisada já de forma circunstanciada (cf. Pires, *Raul* 11-36), a presença de Brandão em Nemésio e, pelo que aqui importa, no *Corsário das Ilhas*, revela-se antes de mais por uma certa cumplicidade de trajectos e de fascínios: o viajante de *As Ilhas Desconhecidas* (1926) é evocado a propósito da cidade do Funchal (22); reaparece mais adiante, na lembrança da “viagem de Julho de 1924, com Raul Brandão empenhado no seu inquérito às Ilhas Desconhecidas, e a impressão de grandeza telúrica e de tristeza insanável que se tirava dali” (76); por fim e a propósito do modo de vida de uma recôndita povoação terceirense, é evocado o conhecido desabafo que podemos ler no *Húmus*: “Estamos aqui todos à espera da morte!” (195).

Note-se, aliás, que, pelo que toca à influência do impressionismo literário de Raul Brandão, é também a lição desse texto capital que é o *Húmus* (1917) que difusamente comparece no *Corsário das Ilhas*. Penso naquela dimensão impressionista, anti-racionalista e post-positivista de que *Húmus* é um testemunho admirável, já em tempos de emergências modernistas; e surpreendo o seu eco longínquo nos textos do *Corsário*, por aquilo que neles assinaléi de eclectismo genológico, como resultado do labor de uma memória em fluxo constante, da tendência para (apenas) esboçar personagens, do culto do fragmento narrativo, da diluição de fronteiras temporais (não raro em

contraciclo com a datação dos textos⁴), da dinâmica evocativa e radicalmente subjectiva que condiciona e filtra componentes de natureza social, económica e geográfica observados no decurso da viagem.

Sendo assim, compreende-se que outros escritores, até mesmo de nascimento açoriano, sejam mencionados quase só de passagem (Antero de Quental, Alfred Lewis, florentino de nascimento e autor de *Home is an Island*) ou tendo em atenção a singular conjugação de um impulso poético sofisticado com a obscura e isolada condição de vida açoriana: é o caso de “Roberto de Mesquita, que, escrivão da Fazenda, alternava a leitura aturada de Verlaine e a revisão das matrizes prediais com o ensaio de primeiro-clarinete na filarmónica local ...” (52).

4. Recordo e sublinho: o *Corsário é das Ilhas*. Ou seja, enquanto viagem, registo e *corso* pessoal, ele remete para uma pluralidade de espaços e, no quadro dela, para singularidades que importa ter em conta. Antes de mais, convém lembrar que o *Corsário das Ilhas* abre com o “Intróito a Madeira e Açores” que já assinalei; nele fica logo sugerida uma primeira distinção (Madeira e Açores) e, graças à morfologia da toponímia, uma segunda distinção, entre o que é singular (Madeira) e que é plural (Açores). Isto significa que o colectivo das ilhas se define, nestes dois arquipélagos, em termos distintos; como quem diz: há um colectivo que o é mais expressamente do que o outro.

Repare-se no significado do *incipit*: “A Ilha... As Ilhas... É ilhéu... E ficava-se nisto, arredondadamente, sem mais aprofundar” (37). Não fica claro (de propósito?) o que quer dizer aquela espécie de vacilação entre o singular e o plural. Mas é bem possível que nela se sugira uma certa *diferença* que se vai insinuando ao longo do *Corsário das Ilhas*, quase como sentido estruturante do macrotexto. Um pouco mais adiante, essa diferença clarifica-se, quando, na abertura do capítulo II, lemos:

Os Açores são humanamente mais novos que a Madeira cerca de um quarto de século. Em vez de uma grande ilha pletórica que reduz Porto Santo a uma relíquia, como acontece no grupo insular madeirense, pontuado pelas Desertas, dos Açores já se disse que são como um porta-aviões de seiscentos quilómetros, tantos quantos separam Santa Maria do Corvo. (45)

A diferença fundacional entre a Madeira e os Açores associa-se à também

diferente correlação das ilhas entre si: além de “humanamente mais novos que a Madeira,” os Açores transformam em extensão e coesão o benefício de um maior equilíbrio entre as ilhas. Assim se dilui a fatalidade do isolamento que a condição da ilha implica, sem que se perca de vista a marcação da distância e da localização. Aquela notação inicial, a propósito da posição geográfica da Madeira (“Paralelo 33. A menos de mil quilómetros de Lisboa, menos de mil às Canárias, menos ainda à África (Cabo Branco)” 39), assinala um lugar e insinua proximidades que os Açores não vivem. Nestes, o que é característico é não apenas a quase equilibrada pluralidade das ilhas, mas também uma certa e irredutível lonjura: por isso a viagem passa pela Madeira (cap. I) e só depois se estende aos Açores (cap. II). Sabem-no bem, de resto, os açorianos que, em tempo de transporte marítimo como era ainda o deste corsário, eram obrigados a navegar primeiro para sul, escalando a Madeira, para só depois virarem a noroeste, a caminho dos Açores. Quase uma semana de viagem, dia por dia.

Há, pois, um sentido de espacialidade que, combinado com o da diferença em relação à Madeira, incute ao universo açoriano que o *Corsário das Ilhas* revisita a sua especificidade, marcada também na relação com o espaço continental: “‘o Continente,’ como diz todo o ilhéu, fazendo ressoar neste nome aquilo que ignora e que não é capaz de tirar aos seus horizontes movediços” (57). Como quem diz: para o açoriano, o espaço de Portugal continental é claramente um espaço *outro*, ao mesmo tempo ausente e presente, distante e enorme na sua vastidão.⁵ De tal modo que o adjetivo “continental” ganha estatuto de substantivo (o “continente”), como se os Açores ocupassem um lugar indeciso que, não sendo ainda o da América, já não é inteiramente o do continente *européu*.

Vai-se, deste modo, configurando um espaço que se desvela aos olhos do corsário-viajante, em regime de reencontro e de re-conhecimento. Para que tudo fique claro, esse espaço tem coordenadas geográficas exactas. “E posso precisar,” diz o viajante quando fala da Ilha Terceira: “Latitude N. 38° 38’ 33.” Longitude W. (Greenwinch) 27° 12’ 48””; e logo depois: “Tudo, para o ilhéu, se resume em longitude e apartamento” (58). Mas isto não basta. Indo mais longe, num plano que inevitavelmente lembra a condição e o trabalho académicos de Vitorino Nemésio, as informações que acerca de história natural se encontram no “Intróito a Madeira e Açores” são atestadas por um erudito açoriano, o Tenente-Coronel José Agostinho, conforme pode ler-se em nota (51).⁶

As coordenadas geográficas e os elementos históricos do povoamento dos Açores não dispensam, entretanto, uma observação que há-de remeter para um outro e fundamental componente açoriano que a viagem e o seu registo privilegiam. Quando reencontra Angra do Heroísmo, o viajante observa como está “tudo intacto”:

A ilha perpetuamente redonda e cinzenta no horizonte (verificação de bordo); os montes, carnudos e cinzeos, embrulhados num eterno pano de névoa; e os campos, quietos, agora da cor da palha que o Verão amadureceu, talhados aos quadradinhos nas achadas e nos vales. (109)

E além desta, uma outra “constância,” lembrando a divisa da cidade, cunhada por Garrett (“Muito Nobre, Leal e Sempre Constante”), e que é a da “estrita fidelidade guardada ao tempo e ao filho pródigo [que] é a das pessoas, a dos hábitos, a das coisas e casas.” O que sugere uma conclusão quase inevitável, como se o viajante regressasse ao cerne de um modelo de vida respeitável e respeitado: “Nada aqui se alterou” (109).

Percebe-se, evidentemente, que esta espécie de *síndrome do mesmo* envolve as suas ambiguidades e favorece juízos de valor que, em princípio, poderiam ser afectados por uma apreciação negativa. Mas se o *mesmo* pode ser conotado como aquilo que é estático, até mesmo estagnado e irredutível à mudança (como a *mesmice* que Carlos da Maia observa em Lisboa, no final d’*Os Maias*, depois de dez anos de ausência), ele pode ser também identificado com o sentido positivo da autenticidade e daquela antiga lealdade a matrizes identitárias que nada parece perturbar. E quando “chegaram os navios-tanques, as gruas e os estorroadores das Potências” (143) para, nas imediações da Praia da Vitória, construir uma base militar, a reacção do nativo, ainda identificável com o Adão de um Éden agora em risco, é sintomática: ameaçado no seu sossego e ancestral autenticidade, aquele Venâncio de que nos fala Mateus Queimado numa das suas histórias desliza para o caricato de uma notação de *estrangeiramento* no poema que laboriosamente consagrava a uma musa praiense:

Tinha um soneto encajado no primeiro terceto: “...amei.” Talvez seus azares de Adão da ilha dos Corvos Marinhos viessem da caneta de dez réis que ensopava na tinta de campeche, com que já seu pai escriturava os potes de vinho do lagar e as cartas de amor a mamã. Era urgente salvar um coração ameaçado pelos estorroadores

das Potências. “Acrisolado?” “acerbo?” “dilectíssimo?” Puxou da caneta blindada que lhe tinham dado na Câmara (para chave de ouro, aparo do mesmo metal) e fechou: “*Meu coração acerbo e dilectíssimo... O.K.!*” (146)

5. De forma reiterada e segura, a viagem nemesiana do *Corsário das Ilhas* revela uma figura que a pouco e pouco se insinua, por entre episódios pícaros, tipos humanos e configurações mentais e espaciais. É o *açoriano*, essa entidade fundamental do imaginário de Nemésio (o imaginário ficcional, o paraficcional e mesmo o poético), que aqui se vai esboçando, não raro em estreita associação com uma dimensão telúrica do cenário açoriano, traduzida em “uma ou duas catástrofes [sísmicas] com vítimas de morte,” vividas no “cenário majestoso do seu solo e [num] certo sentido do ‘mistério’” (50)⁷; ou então, por entre “o perfil austero das rochas e dos tratos de lava [que] alterna com a feracidade das pastagens e terras de cultura,” surge o *açoriano*: “Sob um clima propício e numa natureza pródiga, que o mar modela retumbando em falésias e furnas cheias de pombos bravos, o açoriano é festeiro, acolhedor, feliz” (50).

Para além destas características idiossincráticas, outros traços, estes de ordem histórica e sócio-cultural, caracterizam o açoriano, dando-lhe uma feição universalista que está nos antípodas da condição insular e do isolamento que essa condição determina. E assim, “o açoriano, embora comedido e pausado nos seus gestos, como quem ainda há pouco não tinha o tempo racionado, civilizou largamente as suas ilhas e ainda teve vagares para ajudar a fazer a terra alheia, sobretudo o Brasil e a América” (51).

Na decorrência directa de notações humanas e da observação genérica de atitudes temperamentais, como que premonição de personagens em embrião, sucedem-se, no *Corsário das Ilhas*, as histórias mais ou menos pícaras, mais ou menos acidentadas. Como a daquele “corsário dos ares,” a que já antes me referi, “um garoto de catorze anos, vizinho do aeródromo das Lajes” (181), que, tendo-se clandestinamente esgueirado para dentro de um avião C-124, só parou no Eldorado norte-americano—de onde depois foi, evidentemente, devolvido à procedência. A lembrança deste corsário aéreo ultrapassa, contudo, o plano da simples evocação anedótica, o que num livro como este já seria alguma coisa, e atinge o nível de uma transcendência por assim dizer *açoriana*, pela dimensão histórica e simbólica que nela se revela, em conexão directa com temas e motivos como a emigração, a partida, a viagem ou a atracção exercida pela terra americana. Como se de uma personagem *densa se*

tratasse, o jovem Armando Ormonde Machado ostenta um nome que só por si é já um destino de vida: como explica Nemésio, aquele Ormonde tem na sua origem “um velho apelido anglo-saxónico, DRUMMOND” (183), que, de corruptela em corruptela (ou, noutro enquadramento, viajando das origens até aos Açores), veio a dar no tal Ormonde. A conclusão da história— a do “corsário dos ares” e do nome que dele faz personagem—é a seguinte:

Assim, pois, como os Drumondes vieram, creio que da Escócia, primeiro para a Madeira e depois daí para a Terceira, assim Amadeu Ormonde resolveu zarpar para a América. Tinha aliás outros exemplos: os dos navegadores portugueses que da própria Terceira rumaram no século XV a Nordeste afforando costas ou, pelo menos, sargaços da América, quando ainda ninguém lá pensava em transportes aéreos, a não ser algum peixe voador... (183)

6. Neste mundo de gentes, espaços e mitos tão característicos destaca-se uma figura das mais sugestivas e também de certa forma enigmáticas que povoam o universo nemesiano: a figura de Mateus Queimado. Provindo de outros momentos e manifestações da obra de Nemésio,⁸ este Mateus Queimado esboça uma personalidade que a si mesma se define como “caçador de saudades,” incapaz, por isso, de “mandar grãos de chumbo ao peito de codornizes” (154).

Não é tanto como caçador falhado (num universo em que a caça traduz uma primordial relação do homem com a terra e com a prolífica abundância da sua vida selvagem: coelhos, codornizes, pombos, etc.) que Mateus Queimado aqui se diferencia; ele vale sobretudo como repositório da memória, como evidência de uma vocação para contar histórias que é, em si mesma, factor de sobrevivência (às vezes quase obsessiva) de episódios burlescos, de aventuras infantis e de lugares atravessados pela nostalgia de quem partiu. Significativamente, a presença de Mateus Queimado no *Corsário das Ilhas* está assinalada com destaque na terceira parte do volume, que expressamente se intitula “Histórias de Mateus Queimado.” Para além disso, os aparecimentos desta figura de estatuto indecيدido estão muitos vezes associados a expressões declarativas e similares, expressões em que justamente memória e pulsão narrativa se interligam: “Uma cabrinha de barro—(escreve Mateus Queimado)” (57); noutro passo: “Deixemos a tartaruga (escreve Mateus Queimado)” (119); e depois: “Conta Mateus Queimado” (143, 149 e 153). Assim se reforça a dinâmica de narratividade que atravessa as crónicas de *Corsário das Ilhas*, como se essa dinâmica fosse a matriz discursiva e modal que

congrua a diversidade de géneros narrativos que o volume encerra.

Sendo assim, Mateus Queimado, directamente relacionado com aquele Monsieur Queimado de que Nemésio falara numa conferência de 1940⁹, não se define exactamente como uma personagem ficcional, no mesmo sentido e dimensão em que falamos de personagem a propósito de Margarida Dulmo ou do João Garcia de *Mau Tempo no Canal*; mas Queimado também não é um narrador totalmente autonomizado em relação ao autor empírico Vitorino Nemésio, mesmo quando dele se diz que é “um fato justo no corpo do autor” (Lopes 751); o seu estatuto está seguramente próximo da condição do *alter ego* (cf. Fernandes), num lugar precário e por assim dizer transitório que é o que conduz à plena autonomia de uma figura heteronímica, com identidade, voz, estilo e pensamento próprios, às vezes até opostos (mas não seguramente neste caso) à voz ortonímica que com essa figura *outra* dialoga. Esse lugar precário e por assim dizer oscilante e fluido envolve uma espécie de *posição corporal* de íntima proximidade e de adivinhada cumplicidade, que o não impede de ser o “estratagem” de sabor tardo-modernista que Nemésio evoca de maneira expressiva, em plena navegação:

Tudo é frustrado e torto neste 1946, Julho 25, em que Mateus Queimado me pede a pena emprestada, e se põe a falar por cima do meu ombro como um títere de barraca de lona. Cabeça de pau! Pedaco de bonifrate pseudo-cosmopolita, que perdeu a metrópole e o microcosmo não sei onde... Estratagem! Estratagem!
(69)

7. A condição de “estratagem” que Vitorino Nemésio atribui a Mateus Queimado (e fá-lo naquele tom exclamativo que tanto conota a descoberta súbita de um modo de ser como o reconhecimento *à contrecoeur* daquilo que já se adivinhava) consagra, por fim, um procedimento ou um conjunto de procedimentos que dominam a construção do *Corsário das Ilhas*. Transcendendo o estatuto da mera reportagem, sem rasgo nem ousadia, o *Corsário das Ilhas* é algo mais do que o relato meramente circunstancial de duas viagens aos Açores. No seu intertexto ressoam vozes e textos outros, marcos exemplares que remetem para modos similares de o sujeito em trânsito se relacionar com o espaço visitado (ou revisitado) e com a memória que o acompanha. Por exemplo, as *Viagens na minha terra*, incontornável paradigma, no nosso imaginário cultural, de uma viagem eminentemente plural e poliédrica; também, como já ficou sugerido e pelas razões aduzidas, *As*

Ilhas Desconhecidas, de Raul Brandão; num outro plano, o ensaio *Por tierras de Portugal y España*, de Unamuno, sendo sabido que o grande escritor espanhol e figura cimeira da chamada geração de 98 foi uma referência fundamental na vida cultural de Nemésio, sobretudo na juventude.¹⁰

A todos estes junta-se ainda a personalidade que ocupa o lugar estratégico da dedicatória: Luís da Silva Ribeiro. Tendo morrido no ano anterior (1955) à primeira edição do *Corsário das Ilhas*, Silva Ribeiro (nascido em 1882 e autor de uma extensa obra que incide sobre a história, o património, a cultura e a vida social dos Açores) abre, como dedicatário, o *Corsário das Ilhas*, instituindo-se nele como figura quase tutelar, não apenas por força do seu desaparecimento (então) recente, mas também por sugerir aquilo que, para além de roteiro, diário, relato de viagem, crónica e memória, esta recolha quer ser e Vitorino Nemésio trata de sublinhar: “alma e consciência da nossa ilha e dos Açores.”

Notas

¹ Na série de obras de Nemésio publicadas pela Imprensa Nacional-Casa da Moeda, o “Jornal de Vitorino Nemésio,” coordenado por A. M. B. Machado Pires, inclui os seguintes títulos: *Ondas Médias* (1945), *O Segredo de Ouro Preto e Outros Caminhos* (1954), *Corsário das Ilhas* (1956), *Conhecimento de Poesia* (1958), *O Retrato do Semeador* (1958), *Viagens ao Pé da Porta* (1967), *Caatinga e Terra Caída* (1968) e *Jornal do Observador* (1974).

² Uma nota pessoal, confirmando o que fica escrito: no exemplar do *Corsário das Ilhas* que pertenceu a um meu familiar, Vitorino Nemésio escreveu a seguinte dedicatória, com data de 1 de Outubro de 1966: “Ao Isidro Alves da Costa, querido e velho amigo, dos tempos felizes da “corsairada” angrense.”

³ Análise estas questões, tanto do ponto de vista conceptual, como no que concerne à sua manifestação em textos de Eça de Queirós, num artigo a inserir em *Portuguese Literary & Cultural Studies*, num número que reunirá comunicações apresentadas no colóquio *The Other 19th Century* (Univ. of Wisconsin-Madison, 21 a 23 de Abril de 2005).

⁴ Convém lembrar que, conforme Nemésio declara na “Advertência”, as datas que abrem os textos não são as do tempo da viagem ou da vivência do que nelas ocorre, mas “geralmente as que correspondem à publicação dos respectivos trechos.”

⁵ Noutro passo, Nemésio nota: “Nós não temos medo de que o mar nos alague ou de que a terra nos falte: —temos sempre presente, como salutar advertência, a sensação de que o Mundo é curto, e o tempo mais curto ainda” (46). E a propósito do modo como outrora (e talvez ainda hoje) a gente da Praia da Vitória se referia a Angra do Heroísmo, Nemésio lembra que, “na Praia, dizíamos—“a Cidade”—por não conhecermos outra (o ilhéu não vê senão o seu palmo de chão e o mar que tudo envolve, transfigura e adivinha)” (134).

⁶ O Tenente-Coronel José Agostinho (1888-1978) foi um naturalista e historiador quase autodidacta, que dedicou parte da sua vida de militar reformado ao estudo dos Açores; tendo sido, além disso, um dos co-fundadores do Instituto Histórico da Ilha Terceira, foram muito populares as suas palestras aos microfones do Rádio Clube de Angra, nos anos 50 e 60 do século passado, numa época em que a rádio era importante meio de comunicação num universo ainda sem

televisão. Num admirável poema de Emanuel Félix (“Lília ou o ciclo da terra,” in *A Viagem Possível*), encontra-se esta sintomática referência: “Lília era lúcida e clara como a ideia da fonte/... o seu primeiro nome foi Sízígia/não era nome de mulher/muitos pensaram que era nome de estrela/c o coronel José Agostinho/disse nos jornais que era o novilúnio.” Acerca da Madeira, Nemésio apoia-se em informações de geografia humana colhidas no eminente geógrafo Orlando Ribeiro.

⁷ Note-se que este “mistério” deve ser entendido aqui numa acepção ambígua, em que se percebe também o sentido que nos Açores é dado às extensões de lava solidificada e pedregosa (também chamada “biscoito”), muitas vezes estendidas até ao mar.

⁸ Designadamente, n’*O Mistério do Paço do Milhafre*, recolha de contos em cujo texto prefacial pode ler-se: “Tenho mais saudades das minhas pobres e avulsas leituras de infância (escreve Mateus Queimado) do que de todos os livros doutos e graves que li depois” (Nemésio, 2002: 151). E em vários dos contos (“O passarinho morto,” “O espelho da morte,” “Cabeça de boga,” “A lição de solfa,” “O navio pirata,” “A burra do Lexandrino”) reencontra-se o testemunho narrativo de Mateus Queimado, a par de um tal John Derosa, “súbdito norte-americano,” de presença bem mais fugaz, noutros dois relatos.

⁹ No catálogo da exposição *Vitorino Nemésio. 1901-1978, A Rotação da Memória* (2001), encontra-se descrito o dactiloscrito desta conferência (nº 293), depois publicado em Nemésio, 1940. Num texto consagrado a esta conferência e à figura que a motiva, António Machado Pires nota que “o mito de M. Queimado é, afinal, o mito explicativo das origens, o mito das origens elas mesmas, do início *ab ovo* do *homo açorensis*” (Pires, *Vitorino* 61).

¹⁰ Um testemunho muito significativo da relação de quase discipulato que Nemésio manteve com Unamuno encontra-se no epistolário português de Unamuno (cf. Marcos de Dios 237-259); vejam-se também diversas entradas (24, 30, 253, 312, 322, *passim*) do catálogo *Vitorino Nemésio. 1901-1978. A Rotação da Memória* (2001).

Obras Citadas

- Derrida, J. “La Loi du genre/The Law of Genre.” *Glyph. Textual Studies* 7 (1980).
- Fernandes, A. A. “Quatro prisões debaixo de armas: a açoreanidade nemesiana em testemunho.” *Máthesis* 11 (2002): 351-369.
- Lopes, Ó. *Entre Fialho e Nemésio. Estudos de Literatura Portuguesa Contemporânea*. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1897.
- Marcos de Dios, Á. *Epistolario Português de Unamuno*. Paris: Centro Cultural Português/Fund. Calouste Gulbenkian, 1978.
- Nemésio, V. “Le mythe de monsieur Queimado: une expérience humaine des Açores.” *Bulletin des Études Portugaises* 7 (1940).
- _____. *Corsário das Ilhas. Jornal de Vitorino Nemésio* 3. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1998.
- Pires, A. M. B. Machado. *Raul Brandão e Vitorino Nemésio. Ensaios*. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1987.
- _____. “*Corsário das Ilhas* ou os Açores revisitados.” Prefácio a Nemésio, 1998.
- _____. *Vitorino Nemésio. Rouxinol e Mocho*. Praia da Vitória: Câmara Municipal da Praia da Vitória, 1998.
- Rocha, C. *Máscaras de Narciso. Estudos sobre a Literatura Autobiográfica em Portugal*. Coimbra: Almedina, 1992.

Segre, C. *Principios de análisis del texto literario*. Barcelona: Crítica, 1985.

Vitorino Nemésio. 1901-1978. *A Rotação da Memória*. Lisboa/Angra do Heroísmo: Biblioteca Nacional/Direcção Regional da Cultura, 2001.

Carlos Reis (n. em 1950) é Reitor da Universidade Aberta. Professor catedrático da Universidade de Coimbra e especialista em Literatura Portuguesa dos séculos XIX e XX, sobretudo no domínio dos estudos queirosianos. É autor de cerca de quinze livros, publicados em Portugal, Brasil, Espanha e Alemanha e ensinou em diversas universidades na Europa, nos Estados Unidos e no Brasil. Coordena a Edição Crítica das Obras de Eça de Queirós (nove volumes já publicados) e a *História Crítica da Literatura Portuguesa* (seis volumes já publicados). Entre 1998 e 2002 foi Director da Biblioteca Nacional. Outros cargos: Pró-Reitor para a Língua e Cultura Portuguesa da Universidade Aberta (1989-1997); presidente da Associação Internacional de Lusitanistas (1999-2002); Presidente da Comissão Nacional do Centenário da Morte de Eça de Queirós (2000-2001).